



Ruy d'Espiney (texto)

Que saberes/competências pensa que serão necessários para o cidadão do século XXI (ou mais realisticamente, para daqui a 10 ou 20 anos)?

Há uma certa tendência para ver a cidadania em termos de “deve” e “haver”, num vai e vem entre direitos e deveres. Pressupõe esta tendência, em meu entender, a ideia de uma sociedade que tem obrigações para com o cidadão mas também por isso direitos sobre ele.

A questão, em meu entender, não pode ser vista assim. O exercício de cidadania tem de ser assumido antes do mais como um exercício de emancipação, de ruptura com o que oprime e constrange, de inconformismo com o que é injusto de afirmação da felicidade individual e colectiva. Pressupõe, naturalmente, a apropriação de regras de convivência mas não se fecha no direito instituído – pode ir e tem de ir com frequência para além dele.

Nesta perspectiva não se pode separar saberes e competências que serão necessárias ao cidadão do século XXI da percepção dos constrangimentos que neste mesmo século se levantam aos cidadãos e que são, em meu entender; a tendência: para o reforço, o controlo estatal do quotidiano das pessoas; para o acentuar das dificuldades; para a formação da centralidade e da normatividade das decisões e procedimentos, para a racionalização e formalização dos afectos e das relações.

Face a esta tendência o que se pode desejar são cidadãos com sentido crítico, inconformados com a exclusão e a opressão, valorizadores do indivíduo e da pessoa mas simultaneamente solidários – competências que pressupõem domínio crítico da informação, capacidade de opção e decisão e de desocultação das fontes de energias (das fontes emancipadoras) que se abrigam na sociedade circundantes.

A cidadania tem de ser a afirmação da possibilidade de um futuro alternativo ao que a realidade actual prefigura.

Naturalmente não se é cidadão sem autoconfiança e autoestima e um dos factores da autoconfiança será, sem dúvida, a capacidade de se exercer uma actividade com competência e eficiência, o que significa que se tem de considerar entre as competências necessárias as que enformam o exercício da profissão que se abraça.

Que educação (que sistema educativo, que escola, que outros instrumentos...) para isso?

Na construção do cidadão, a escola não é exclusiva mas pode ser decisiva ou pelo menos importante.

Concretamente, ela pode e deve contribuir para o apetrechamento dos saberes que dão acesso à informação e à comunicação – o domínio das linguagens – e as aquisições técnicas e científicas que possibilitam quer a

compreensão da realidade política, económica e social circundante quer o futuro exercício de uma profissão.

Mas a verdade é que um cidadão não se forja só pelo conhecimento que se lhe proporciona. Não lhe basta "saber" ou "saber fazer"; constrói-se sim e, acima de tudo, pelo modo como "está" e como "é" (pelo estar e pelo ser) na relação que estabelece com esse conhecimento, com os poderes com que interage ou no quotidiano em que se estrutura. O importante é a capacidade de pensar por si, de aprender com a realidade que o cerca, de questionar, de se comprometer.

Nesse sentido, a escola que forja cidadãos no século XXI não pode deixar de ser a escola que cria condições ao exercício da cidadania – por um funcionamento que privilegie a participação e a vida democrática, pela abertura à vida circundante, pela vivência de solidariedade, pela capacidade de interagir como um recurso do desenvolvimento local implicado nas alternativas que a comunidade vai produzindo.

Uma tal escola tem de ser um serviço de proximidade que favoreça a inculcação e circulação de saberes – que questionam – e induza uma cultura da solidariedade com os problemas e as dificuldades das comunidades em que se inscreve.

Tem de ser, também, uma porta que se abre para as ideias e preocupações que percorrem a sociedade e o mundo.

Só assim, a escola pode constituir-se como um espaço que dá intencionalidade e sentido às aprendizagens espontâneas que os alunos fazem fora dela.

Como assegurar qualidade e equidade a essa educação?

A qualidade e acima de tudo a equidade desta educação exige, naturalmente, uma aposta na regulação, na gestão e acompanhamento dos princípios orientadores. Regular não pode, no entanto, significar modelar ou formatar. Não pode, em nenhuma circunstância, fazer-se ao arrepio dos princípios que promove, isto é, viabilizando e potenciando a participação, o espírito de iniciativa, o sentido crítico, a criatividade, a defesa da diversidade.

Impõe-se, como se infere, um forte investimento na formação mas uma formação que se apoie no que "há", que reforce a autoestima, que se apoie nas potencialidades e, acima de tudo, que tenha em vista a construção, também ela, de profissionais cidadãos e não de apenas agentes de ensino.

É, em meu entender, um erro a orientação que hoje aponta privilegiadamente para as didácticas: o que, acima de tudo, falha na prática dos professores não é a didáctica mas a pedagogia, não são as técnicas de ensino mas as estratégias de aprendizagem, não é o "saber" ou mesmo o "saber fazer" mas o "estar" e o "ser".

A escola educará quando se desescolarizar.